



XL Encontro Nacional do FORPROEX Carta de Ouro Preto-MG

Reunidos em Ouro Preto, na Universidade Federal de Ouro Preto, dos dias 05 e 06 de setembro de 2016, para o Fórum Nacional de Pró-reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX), com o tema *Extensão e conjuntura*, os participantes discutiram em primeiro momento, a função social da extensão. A função social enquanto estimuladora para melhoria das condições de vida e trabalho de segmentos da população brasileira dando significado à formação universitária no contexto das necessidades locais e regionais.

Nesta função, o momento de crise da democracia brasileira exige ação conjunta com os movimentos sociais, e resistência às posições de governo que ferem as questões de gênero, raça e classe. Destaca-se a necessidade das IES e Movimentos Negros e Indígenas serem consultados para a reformulação da orientação normativa do MPOG nº 3 de 01/08/2016, que “dispõe sobre regras de aferição da veracidade da autodeclaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990/2014”, por infringir o artigo 3º da Lei 7.716 de 05/01/1989 e colocar em questão o princípio da autodeclaração racial, e de forma a garantir o acesso destas populações ao ensino e serviços públicos. Solicita-se também questionamento às reduções significativas dos financiamentos que fomentam as políticas públicas na extensão. O FORPROEX compreende que o não uso da matriz ANDIFES para o orçamento de 2017 fere o Decreto Presidencial nº 7233, de 19 de junho de 2010 - decreto este que dispõe sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária e institucionaliza a alocação de recursos de custeio e capital para as universidades federais. Isso repercute em redução de recursos que irá comprometer as atividades das Universidades Federais. Por seu turno, as universidades estaduais tiveram seus orçamentos comprometidos com cortes e redução de repasses, afetando significativamente suas atividades e ainda enfrentarão as consequências do PL 257 em tramitação.

Diante da situação política pela qual passa o país, há de se pensar estratégias de resistência e de propostas para enfrentamento das dificuldades geradas por várias medidas que vêm sendo adotadas e aprofundadas pelo atual governo, tais como buscar executar um trabalho mais intenso das coordenações de área, com um bom monitoramento dos desmontes no setor público, criando uma pauta de atividades para não perder os avanços duramente conquistados nos anos anteriores; estruturar as atividades como observatórios para mapeamento do que as Universidades realizam de ações para desenvolvimento das políticas públicas, e realizar reuniões conjuntas com os fóruns – FORGRAD, FORPROEX, FOPROP, FONAPRACE e fóruns vinculados ao Conif – para articulação de ações e pautas comuns à educação pública.

No que remete às políticas públicas, discutiu-se a necessidade de manter a soberania nacional e a defesa dos recursos públicos do pré-sal como previsto, ou seja, destiná-los para a educação e a saúde. Nesse sentido ressaltou-se o papel das universidades para enfrentamento



dos desafios postos com o afrente à democracia e seu compromisso com os movimentos sociais, tendo a extensão como uma forma de inovar a educação, ampliar o desenvolvimento tecnológico, formando estudantes com mais sensibilidade e capacidade crítica e propositiva para atuar na realidade social.

Em relação à PEC 395, este fórum reitera a sua posição em defesa da gratuidade do ensino superior público, em especial das ações de extensão, cuja ameaça de cobrança inviabiliza que as universidades cumpram sua função social de formação plena do estudante, bem como do acesso da população ao que é gerado por elas.

Na discussão da avaliação e indicadores da extensão, debateu-se sobre a necessidade da aplicação, em todas as Universidades, Institutos e CEFETs, dos indicadores próprios da extensão produzidos pela comissão do FORPROEX. Apontou-se a necessidade da apresentação destes resultados para apoiar a gestão da extensão e evidenciar os bons frutos dessas ações. Refletiu-se sobre a importância de adoção de um indicador para compor Matriz ANDIFES na direção de incorporar a extensão como elemento fundamental para formação universitária e consolidação da indissociabilidade, percebendo que, no contexto da restrição orçamentária, a introdução da extensão na Matriz exige ampliação do total de recursos a serem distribuídos, e não a retirada desses de qualquer outra área.

Em relação à área de cultura, assegurar para todas as Universidades, Institutos e CEFETs fomento específico para Arte e Cultura. Ressalta-se a necessidade de articulação com os movimentos sociais em relação às questões de gênero, reafirmando o compromisso com o patrimônio material, imaterial e a diversidade cultural, tais como: indígena, afro-brasileira, cultura popular, e outras participações.

Para organização das ações desse fórum deliberou-se:

1 – a reorganização das comissões temáticas com participação necessária das pró-reitorias de todas as universidades e institutos, em pelo menos uma das comissões, usando a rede RENEX;

2 – encaminhamento para a presidência do FORPROEX, do plano de trabalho das comissões até 31 de outubro deste ano;

3 – construir uma carta de repúdio destacando a crise que paira sobre as universidades estaduais, de modo específico nos casos do Rio de Janeiro, relatando as dimensões políticas da educação superior no país;

4 – maior interlocução com os outros fóruns de pró-reitores, com as coordenações nacionais e regionais, a partir da organização de uma reunião conjunta, para ocorrer ainda este ano, preferencialmente em Brasília,

5 – realização de um fórum social nas universidades, tomando como referência a semana nacional de ciência e tecnologia, em articulação com os movimentos sociais, com a



finalidade de apoiar ações em defesa da universidade pública-gratuita e dos programas de fomento a extensão;

6 – acompanhamento e apoio à manutenção da interiorização, das novas universidades e da rede federal de educação profissional e tecnológica, bem como, à criação de observatórios de políticas públicas;

7 – garantia de ampliação e acesso aos recursos referentes ao PROEXT, Mais Cultura nas Universidades, NEDETs, PRONINC e demais programas.

8 – reafirma-se a defesa da existência do Ministério da Cultura e da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural, bem como a continuidade e ampliação dos programas de apoio às ações de extensão, arte e cultura.

FORPROEX Nacional, Ouro Preto, 06 de setembro de 2016.